



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 12/2016

Período: 16/04/2016 - 22/04/2016

GEDES - UNESP

- 1- Jornalista comentou os motivos pelos quais o governo poderia decretar Estado de Defesa
- 2- Jurista comentou a redemocratização do Judiciário após o regime militar
- 3- A presidenta da República Dilma Rousseff declarou que vai resistir ao *impeachment* e lembrou período em que sofreu perseguição política durante o regime militar
- 4- Colunistas comentaram referência ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra durante discurso do deputado Jair Bolsonaro
- 5- O general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas divulgou mensagem em comemoração ao Dia do Exército
- 6- Escritor comentou relação entre a Escola das Américas e a Operação Condor durante o regime militar

1- Jornalista comentou os motivos pelos quais o governo poderia decretar estado de defesa

Segundo a jornalista Dora Kramer em sua coluna para o jornal *O Estado de S. Paulo*, a oposição tem se preocupado, recentemente, com a possibilidade a presidenta da República Dilma Rousseff decretar estado de defesa no país, caso a abertura do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados resulte em conflitos nas ruas. Kramer afirmou que a alegação para tal decreto seria uma “ameaça à ordem pública, à paz social ou à estabilidade institucional”. O tema foi levado ao presidente do Senado Federal, Renan Calheiros por um grupo de parlamentares que manifestou preocupação com a possibilidade e solicitou à Calheiros que “prestasse atenção” na hipótese. Segundo Kramer a oposição sustenta sua preocupação com base nos seguintes indícios, sendo o principal a suspeita de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), de que “a edição do decreto estaria sendo cogitada como uma maneira de fortalecer o discurso do “golpe” e estratégia de fazer da presidente e do partido vítimas políticas do processo”. Segundo a jornalista, outro ponto levantado pela oposição se refere a “ameaça de [o Partido dos Trabalhadores (PT)] incendiar as ruas, de inviabilizar eventual governo Michel Temer”. O último motivo seria as recentes afirmações feitas por dois ministros relatores do STF nas operações Zelotes e Lava Jato, Carmem Lúcia e Teori Zavascki, a um interlocutor da área militar, de que o Brasil não tem ideia da gravidade do que poderá ser revelado nos próximos dias, caso ocorra a perda de foro especial na Justiça do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de Rousseff, restando a eles apenas a “luta no âmbito político”. Entretanto, a Kramer

lembrou que o estado de defesa não proporciona imunidade e necessita do referendo do Congresso Nacional para entrar em vigor, afirmando que o mesmo é previsto na Constituição e permite ao presidente da República a busca pela preservação “em locais restritos e determinados” do reestabelecimento da “ordem pública, a paz social, a iminente instabilidade institucional ou a alcançar áreas atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza”. A jornalista afirmou também que se decretado, o estado de defesa levaria a “restrições de direitos de reunião, de sigilo de correspondência, de sigilo de comunicação”. Kramer comentou que se Rousseff buscar apenas resultado simbólico pode editar o decreto e o encaminhar para o Parlamento diretamente. Entretanto, o mesmo seria derrubado, o que reforçaria as afirmações da presidenta de que teria tentado todas as opções legais, mas mesmo assim teria sido vítima de um golpe. (O Estado de S. Paulo - Política - 16/04/16)

2- Jurista comentou a redemocratização do Judiciário após o regime militar

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o jurista Daniel Vargas argumentou que, ao passar pelo período de “redemocratização”, após o fim do regime militar (1964-1985), o Judiciário e o Supremo Tribunal Federal (STF) foram as únicas instituições a não serem julgadas propriamente por suas ações, apesar da importância da aprovação de leis para a manutenção do regime. Segundo o autor, foi realizada a transição política, mas não jurídica, “da ditadura para a democracia”, sendo seu principal exemplo a concessão do poder de decisão para 11 ministros do STF comprometidos anteriormente com o regime militar, estando a atual democracia brasileira nas mãos desse sistema. Para Vargas, foram consequências dessa não democratização do Judiciário a degradação da força normativa da Constituição de 1988, levando por anos direitos sociais a serem considerados “meras diretrizes de governo”, e o não desenvolvimento de uma consciência acerca das exigências da imparcialidade daquela instituição. O colunista afirmou que a aposentadoria do último ministro do STF que havia sido indicado pelo governo militar, representando a renovação dos membros do STF, teve efeitos na “desidratação normativa” da Constituição de 1988, mas não sobre a necessidade de imparcialidade jurídica. O jurista afirmou que durante o regime militar, o Judiciário se submetia ao Executivo, sua força estava centrada na imagem do presidente, o que levava a justiça a afirmar não ter escolha sobre as decisões que tomava, enquanto na democracia sua força está na própria instituição jurídica, mas continua afirmando não escolher suas próprias decisões. Segundo o colunista, em democracias avançadas são instituídas medidas que limitam ou justificam democraticamente as escolhas judiciais, entretanto, no Brasil a “técnica do avestruz”, comum durante o regime militar, prevalece, levando decisões a serem tomadas de maneira abstrata e posteriormente renegadas, como se o responsável pela mesma não tivesse escolhido por ela. O autor citou alguns casos recentes do Judiciário para exemplificar tal situação, como a decisão do juiz federal, Sérgio Moro, na Operação Lava Jato, de investigar o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e, implicitamente, não investigar membros da oposição também citados em delações, ações que contém “enorme carga de parcialidade”. (Folha de S. Paulo – 17/04/16 – Ilustríssima)

3- A presidenta da República Dilma Rousseff declarou que vai resistir ao impeachment e lembrou período em que sofreu perseguição política durante o regime militar

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a presidenta da República Dilma Rousseff declarou, após a votação da Câmara dos Deputados favorável a abertura do processo de *impeachment*, que assim como enfrentou a instauração e os consequentes desdobramentos do regime militar (1964-1985), resistirá ao que caracteriza como “golpe de Estado”, ressaltando que a democracia é “o lado certo da história”. De acordo com a *Folha*, durante a votação, ocorrida no dia 17/04/16, Rousseff se mostrou perturbada após o deputado federal pelo Partido Social Cristão (PSC), Jair Bolsonaro, homenagear, em seu discurso, o falecido coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), na cidade de São Paulo, “e o primeiro militar condenado pela Justiça como torturador”. Ao ser questionada pela *Folha* sobre qual foi pior, o regime militar ou a atual situação política do Brasil, Rousseff classificou o regime militar como mais grave. (*Folha de S. Paulo – Poder – 19/04/16; O Estado de S. Paulo – Política – 19/04/16*)

4- Colunistas comentaram referência ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra durante discurso do deputado Jair Bolsonaro

Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, Marcelo Freixo, deputado estadual do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), criticou a exaltação ao falecido coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), e outras justificativas dadas à aprovação do *impeachment*, vinculadas, em sua maioria, à posição religiosa dos deputados. Freixo afirmou que “a consagração, como ocorreu na Câmara dos Deputados, da trindade Deus, pátria e família justificou tragédias”, durante o regime militar (1964 -1985). Em coluna opinativa ao periódico *Correio Braziliense*, o jornalista Leonardo Meireles também comentou a homenagem ao coronel Ustra feita pelo deputado Jair Bolsonaro durante a votação do processo de *impeachment*. Segundo Meireles, o coronel foi saudado por Bolsonaro com o objetivo de atingir diretamente à presidenta, que foi detida no DOI-Codi durante o regime militar. Meireles citou um trecho de uma entrevista de Ustra ao jornal Zero Hora, afirmando que o mesmo “tentou defender o indefensável” ao afirmar que “excessos podem ter havido de ambos os lados. Não vou dizer para você que não houve. (...) Mas isso é explorado pela esquerda, que quer nos desmoralizar com esse problema de tortura”. O jornalista defendeu que o parlamentar, assim como o coronel, “tenta fundamentar mortes e torturas em nome da ‘luta contra o comunismo’” e afirmou que “Bolsonaro tem direito ao voto e ao discurso, mas a apologia à violência encerra sua razão”. (*Folha de S. Paulo – Opinião – 19/04/16; Correio Braziliense – Opinião – 21/04/16*)

5- O general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas divulgou mensagem em comemoração ao Dia do Exército

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o comandante do Exército, general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, divulgou mensagem em comemoração ao Dia do Exército, 19 de abril, na qual ressaltou a tônica pela qual o Exército deve se pautar nesse momento de crise, buscando “pela preservação da estabilidade e da paz social”. Ao se referir ao atual cenário econômico brasileiro, o general defendeu que o Exército “não se deixa abater pelas dificuldades materiais impostas por restrições orçamentárias e salários defasados, que não condizem com a nobreza da profissão”. De acordo com *O Estado*, o general teria ainda ressaltado

a confiabilidade das instituições militares, afirmando ser o Exército formado “por brasileiros portadores da simplicidade própria dos que têm a vocação de servir e da grandeza dos que se orgulham da profissão de soldado”. Em comemoração à data, foi realizada uma cerimônia solene comandada pelo ministro da Defesa, Aldo Rebelo, que afirmou ser essa uma data magna para a instituição, a qual assim como a Marinha e a Aeronáutica “é desprovida de qualquer busca por protagonismo fácil no cenário político institucional”. O *Estado* afirmou que a presidenta da República Dilma Rousseff enviou uma nota ao Exército declarando “que o País é extremamente grato a vocês pela permanente demonstração de abnegação, de confiabilidade e de eficiência no cumprimento do seu dever constitucional”. (Folha de S. Paulo – Poder – 20/04/16; O Estado de S. Paulo – Política – 20/04/16)

6- Escritor comentou relação entre a Escola das Américas e a Operação Condor durante o regime militar

Em coluna para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o escritor Luís Fernando Verissimo comentou a viagem do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, para a Argentina e sua promessa de abrir os arquivos referentes a participação dos Estados Unidos na repressão aos contestadores do regime militar argentino. Verissimo afirmou que a abertura dos arquivos possibilitaria um maior conhecimento sobre a atuação da Escola das Américas “onde militares americanos treinavam militares latino-americanos em técnicas de contrainsurgência, com especialização em tortura”. O escritor também comentou a importância de tal instituição para a Operação Condor, afirmando que em sua atuação “além de formar experts em repressão, [a escola] criava um espírito de corpo entre seus formandos, que depois se provaria valioso, pois as ações de contrainsurgência geralmente eram feitas em conjunto, desrespeitando-se fronteiras”. (O Estado de S. Paulo – Caderno 2 – 21/04/16)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriel Camargo do Vale (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestre em Relações

Internacionais); Laura Pujol Ricarte (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Valéria Cristina Derminio Sobral Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC).